



AS POLÍTICAS DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS ESPORTIVOS: UMA ANÁLISE DO ATLETISMO BRASILEIRO

Palavras-Chave: TALENTO ESPORTIVO; POLÍTICA DE ESPORTE; ATLETISMO.

Autoras:

LÍVIA MARIA ARAGÃO CUNHA, FCA - UNICAMP

Prof^(a). Dr^(a). CACILDA MENDES DOS SANTOS AMARAL (orientadora), FCA - UNICAMP

INTRODUÇÃO

As políticas públicas exercem um papel fundamental na revelação de medalhistas olímpicos, ao garantirem condições para o desenvolvimento de atletas desde as etapas iniciais até o alto rendimento. Investimentos em infraestrutura, programas de detecção e desenvolvimento de talentos, apoio financeiro, psicológico e educacional são estratégias que contribuem diretamente para a formação de atletas de elite. Como destacam Côté e Hancock (2014), políticas bem estruturadas criam ambientes favoráveis ao surgimento de talentos esportivos e promovem maior equidade no acesso às oportunidades.

O suporte governamental, como o financiamento para instalações esportivas e a capacitação de treinadores, é essencial para consolidar uma base sólida de desenvolvimento. Castro, Poffo e Souza (2016) ressaltam que investimentos adequados têm impacto direto na capacidade de um país produzir atletas de sucesso. Além disso, o suporte psicológico e emocional, fundamental para o enfrentamento das pressões do esporte de alto rendimento, deve ser contemplado nas políticas públicas (Holt; Dunn, 2004).

Países com tradição olímpica, como Estados Unidos, China e Rússia, estruturam seus sistemas esportivos com foco em todas as etapas do desenvolvimento, desde a base até o alto rendimento (Bouchard; Dumouchel; Roy, 2013). Uma referência importante para a análise dessas políticas é o modelo SPLISS, que identifica nove pilares estratégicos para o sucesso esportivo, incluindo financiamento, governança, programas de talentos e apoio a atletas e treinadores (De Bosscher et al., 2006). Esse modelo é estruturado em três níveis – macro, meso e micro –, que se inter-relacionam e não podem ser dissociados dos contextos sociais e culturais (Böhme; Bastos, 2016).

Programas de detecção de talentos, como o sistema esportivo chinês com milhares de escolas especializadas, mostram como políticas bem organizadas podem impactar positivamente o desempenho olímpico (Ferreira, 2018). No Brasil, o programa Bolsa-Atleta é um exemplo de política pública voltada

ao apoio direto de atletas, permitindo que se dediquem integralmente ao treinamento e às competições (Brasil, 2022).

A presença da maior equipe de atletismo da história brasileira nos Jogos Rio 2016, com 67 atletas (CBAT, 2016), destaca a importância de políticas que promovam o atletismo desde a base. Coakley (2007) defende que políticas bem elaboradas contribuem para a construção de infraestrutura acessível, o fortalecimento da base e o suporte contínuo ao alto rendimento.

O atletismo, sendo uma das modalidades mais antigas e amplamente praticadas no mundo, abrange diversas provas e distribui um número expressivo de medalhas em Jogos Olímpicos e Mundiais, o que o torna um campo estratégico para estudos sobre o impacto das políticas públicas no esporte (Coakley, 2007). No Brasil, nomes como Darlan Romani, Thiago Braz e Alison dos Santos evidenciam o potencial da modalidade no cenário internacional (COB, 2022). Assim, ao investigar o atletismo e suas políticas, busca-se compreender como essas estratégias têm contribuído para o sucesso dos atletas brasileiros e refletir sobre sua eficácia na formação de novos medalhistas. Diante disso, questiona-se: as políticas públicas são de fato eficazes para promover o desenvolvimento de talentos no atletismo brasileiro e aumentar o número de medalhistas olímpicos?

Com base nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as políticas de incentivo e desenvolvimento de talentos esportivos no atletismo, buscando compreender sua eficácia, impacto e alcance. Para isso, propõe-se: descrever a governança, estrutura e organização das políticas voltadas ao atletismo; analisar sua implementação, especialmente nas ações voltadas à participação e ao esporte de base; e avaliar a existência e a efetividade dos sistemas de identificação e desenvolvimento de talentos na modalidade.

METODOLOGIA

Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o intuito de explorar e descrever os elementos em questão. No aspecto metodológico, este estudo adota uma abordagem de Pesquisa Documental, do tipo descritiva, visando representar o conteúdo desses documentos de maneira distinta do original, com o intuito de facilitar sua consulta e interpretação (Gil, 2002).

Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio dos sites da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAT), o site oficial do Ministério do Esporte e o Diário Oficial da União. Os documentos analisados foram aqueles disponíveis publicamente, conforme indicado no Quadro 1.

Quadro 1- Documentos

Planejamento estratégico da CBAt
Estrutura Organizacional da CBAt
Estatuto da CBAt
Relatórios Técnicos da CBAt
Prestações de conta da CBAt
Regulamentos
Calendário de Competições Nacionais e Internacionais
Participação Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais
Relatórios de Programas e Projetos desenvolvidos pela CBAt
Legislação
Programa Bolsa Atleta
Repasse de verba Lei Agnelo Piva

Fonte: Elaboração Própria

Análise de dados

Foi conduzida uma leitura crítica e análise dos documentos com o objetivo de sintetizar as informações relacionadas ao desenvolvimento de políticas públicas de esporte presentes em todos os documentos consultados e coletados. A interpretação dos dados foi conduzida de forma crítica, buscando compreender as relações entre as políticas públicas e os resultados alcançados, bem como possíveis lacunas ou desafios encontrados na sua implementação, utilizando como referência o modelo SPLISS (De Bosscher et al., 2006). Para tanto, foram analisados os indicadores e seus respectivos fatores críticos de sucesso dos pilares: 2: governança, organização e estrutura de políticas para o esporte, 3: participação e esporte de base, e 4: sistemas de identificação e desenvolvimento de talentos do modelo SPLISS (Böhme; Bastos, 2016), conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2- Indicadores

Pilar 2	"Há forte coordenação entre todos os órgãos envolvidos no esporte de alto rendimento, com descrições claras de tarefas e sem sobreposição de tarefas diferentes"
	"Os recursos são direcionados para relativamente poucos esportes que têm chances reais de sucesso mundial"
	"Há evidências de planejamento em longo prazo para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, comprometido em subsidiar o esporte de alto rendimento e o desenvolvimento do esporte de alto rendimento profissional"
	"Comunicação eficaz: existe uma linha direta por meio de todos os níveis de órgãos esportivos"
Pilar 3	"As crianças têm a oportunidade de participar de esporte na escola, durante a aula de Educação Física ou em atividades extracurriculares"
	"Há uma alta taxa de participação geral no esporte"
	"Há um plano nacional direcionado a promover a implementação dos princípios de gestão da qualidade total nos clubes esportivos, referente à participação em massa e ao desenvolvimento de talentos"

Pilar 4	“Há um sistema eficaz de detecção de jovens talentos, de forma que o número máximo de potenciais atletas de elite é alcançado no momento certo (idade)”
	“Há um planejamento coordenado nacionalmente para as confederações desenvolverem um sistema eficaz para o desenvolvimento de jovens talentos em seus esportes”
	“Jovens talentos recebem serviços de suporte multidimensional apropriados para a idade e o nível deles, necessários para desenvolvê-los como jovens talentos em seus esportes”

Fonte: Adaptado de Böhme e Bastos (2016)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por meio da análise documental indicam avanços importantes nas políticas voltadas ao atletismo brasileiro, mas também revelam lacunas significativas em sua implementação.

No Pilar 2 – Governança, organização e estrutura, observou-se a existência de uma estrutura institucional consolidada, com atuação coordenada entre o Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). A CBAt possui um estatuto estruturado e planejamento estratégico voltado ao alto rendimento (CBAT, 2024). No entanto, apesar das atribuições formalmente definidas, há fragilidades na articulação entre esses órgãos, principalmente no que tange à comunicação e ao planejamento conjunto (Meira; Bastos; Böhme, 2012). Além disso, não há transparência na distribuição interna de recursos entre as diferentes provas do atletismo, o que dificulta a verificação do alinhamento com o princípio de priorização de esportes com maior potencial olímpico, como propõe o modelo SPLISS (De Bosscher et al., 2006; Böhme; Bastos, 2016).

No Pilar 3 – Participação e esporte de base, identificou-se que, apesar da presença legal do atletismo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Base Nacional Comum Curricular, 2025), a modalidade enfrenta entraves práticos, como infraestrutura inadequada e baixa capacitação docente. Programas como os Jogos Escolares e iniciativas da CBAt, como cursos online, têm baixo alcance (CBDE, 2025; CBAT, 2024). Em 2023, 15.313 atletas estavam registrados na modalidade no país, número significativamente inferior ao de nações como os Estados Unidos, onde mais de um milhão de estudantes participam de competições escolares de atletismo (Sentone; Caregnato; Cavichioli, 2021).

Por fim, no Pilar 4 – Sistemas de identificação e desenvolvimento de talentos, destacam-se os esforços da CBAt com a criação de programas como o Revelar Talentos e os Centros de Formação (“Centrinhos”), distribuídos em todas as regiões do Brasil (CBAT, 2024). Apesar dessas iniciativas, ainda há ausência de um sistema estruturado e público de detecção de talentos, bem como carência de dados sobre a composição e o funcionamento das equipes multidisciplinares de apoio aos jovens atletas, o que contraria os princípios de um sistema eficaz de desenvolvimento de talentos defendido por De Bosscher et al. (2006) e Böhme e Bastos (2016).

De forma geral, embora o atletismo brasileiro conte com políticas de incentivo e desenvolvimento, os resultados demonstram que sua efetividade está condicionada à superação de barreiras relacionadas à transparência, coordenação entre as instituições responsáveis e a ampliação do acesso à prática esportiva desde a base.

CONCLUSÕES

A análise documental realizada com base no modelo SPLISS evidenciou que o atletismo brasileiro conta com políticas públicas estruturadas, especialmente no que diz respeito à sua governança e organização institucional. No entanto, lacunas persistem em áreas fundamentais para o desenvolvimento de talentos, como a comunicação entre instituições, a transparência na alocação de recursos e a efetividade dos programas de base e detecção de atletas.

Iniciativas como os Centros de Formação e o Programa Revelar Talentos demonstram potencial, mas ainda carecem de maior articulação, avaliação sistemática e alcance nacional. Além disso, a baixa adesão a programas educacionais e esportivos, a falta de infraestrutura escolar e a ausência de um sistema público de identificação de talentos apontam para a necessidade de políticas mais integradas e eficazes.

Dessa forma, conclui-se que, embora existam avanços importantes, o sucesso do atletismo brasileiro no cenário internacional depende da consolidação de estratégias que ampliem o acesso ao esporte desde a base, promovam maior articulação entre os órgãos responsáveis e assegurem o direcionamento eficiente dos recursos às áreas e provas com maior potencial competitivo. Tais medidas são essenciais para que as políticas públicas cumpram seu papel na formação de novos talentos e na construção de um sistema esportivo sustentável e de alto rendimento.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRINO, Rosiane Raduan. **Programas de suporte à carreira de atletas no esporte de alto rendimento**. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)—Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base**. Mec.gov.br. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- BOUCHARD, C.; DUMOUCHEL, P.; ROY, B. Sports policies and international sports success: A quantitative analysis of elite sport systems. **Canadian Public Policy**, 39, Supplement 1, 2013.
- CASTRO, S.B. E, POFFO, B. N, SOUZA DL. O financiamento do esporte de alto rendimento no Brasil: uma análise do programa “Brasil . no Esporte de Alto Rendimento” (2004-2011). **Revista brasileira de Ciência e Movimento**, 24(3):146-157, 2016.
- COAKLEY, J. **Sports in Society: Issues and Controversies** (9th ed.). McGraw Hill Education, 2007.
- CÔTE, J., & HANCOCK, D. J. Evidence-based policies for youth sport programs. **International Journal of Sport Policy and Politics**, 8(1), 51-65, 2014.
- COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL, **Mundial de Atletismo: veja quem são as principais esperanças de medalha para o Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/galerias/noticias/mundial-de-atletismo-veja-quem-sao-as-principais-esperancas-de-medalha-para-o-brasil/>. Acesso em: 29 de abril, 2024.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Guia de Imprensa Rio 2016**. Coordenação editorial: Benê Turco, São Paulo, 2016.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Modelo de programa de desenvolvimento do atleta em atletismo**, 2024. Disponível em: https://sge.cbat.org.br/uploads/orgaoAnexo/11_hxZBShMPwDIRIHVUuHvs-ttHdkRvar.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.
- DE BOSSCHER, V., DE KNOP, P., VAN BOTTENBURG, M., & SHIBLI, S. A conceptual framework for analysing sports policy factors leading to international sporting success. **European Sport Management Quarterly**, 6(2), 185-215, 2006.
- DE BOSSCHER, V., VAN BOTTENBURG, M., SHIBLI, S., & WESTERBEEK, H. A gestão do esporte de alto rendimento em nível nacional: O modelo SPLISS. In: M. T. S. Böhme, M. T.; F. C. Bastos. **Esporte de alto rendimento: Fatores de sucesso, gestão e identificação de talentos**. São Paulo: Phorte, p. 35-65, 2016.
- FERREIRA, R. L. **Políticas para o esporte de alto rendimento: estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil**. XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 1, 1-11, 2018.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOLT, N. L.; DUNN, J. G. H. Toward a grounded theory of the psychosocial competencies and environmental conditions associated with soccer success. **Journal of applied sport psychology**, v. 16, n. 3, p. 199–219, 2004.
- JEB's - Confederação Brasileira do Desporto Escolar. **Confederação Brasileira do Desporto Escolar**. Disponível em: <https://www.cbde.org.br/jeb/s/>. Acesso em: 22 de janeiro de 2025.
- MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C.; BÖHME, M. T. S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 251-262, abr./jun. 2012.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Bolsa Atleta**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-atleta>. Acesso em: 29 de abril, 2024.
- SENTONE, R.G., CAREGNATO, A.F., & CAVICHIOLLI, F.R. (2021). Perfil dos praticantes de atletismo com incentivo ao esporte do município de Curitiba, Paraná. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, 25(272), 159-167.